

*Entrevista  
Brasil*

# O perigo da calmaria

03 JUN 1999

JORNAL DO BRASIL

ORLANDO SANTOS DINIZ\*

O presidente Fernando Henrique afirmou, dias atrás, que a crise provocada pela mudança no regime cambial está superada. E mais: que ela não foi tão grave assim. O comentário preocupa, e soma-se a isso uma certa sensação de marasmo, sobretudo na discussão das reformas constitucionais em pauta no Congresso Nacional para este ano. O grande risco que corremos hoje é de que ganhe corpo a idéia de que voltamos a viver no melhor dos mundos e de que não temos mais motivos para roer as unhas.

E temos motivos porque sabemos que é justamente o oposto que se dá. Primeiro, a crise não está superada. No máximo, podemos dizer que ela se encontra em suspenso. Os mercados deram um refresco, voltaram a oferecer um crédito de confiança ao Brasil. Muitas coisas colaboraram para isso, com destaque evidentemente para o retorno do fluxo de entrada de dólares, assim como para a manutenção sob controle dos índices inflacionários e para a revalorização do real frente ao dólar. Como resultado, o governo sentiu-se confortável para reduzir os juros a níveis inferiores a 30%, o que assume efeito psicológico bastante positivo. É claro que continuamos a ostentar um dos maiores juros do planeta, absolutamente proibitivos para o desenvolvimento da atividade produtiva. Mas é também verdade que eles estão menores do que há 30 dias, o que já é um alento.

Ou seja, navegamos em águas mais calmas. Mas o fato é que, em se tratando de mercados, nunca devemos nos sentir 100% confortáveis. A sensação de calmaria pode ser perigosa na medida que não nos preparamos para a chegada de uma nova tempestade. O que preocu-

pa é que, na eventualidade de uma outra crise, o Brasil se encontre novamente vulnerável por não ter ainda solucionado o problema fiscal. Temos nos dado o luxo, nas últimas semanas, de nos concentrar inteiramente no espetáculo das CPIs, como se nada mais devesse ocupar nossa agenda política.

Mexemos no câmbio, está certo. Mas isso não é tudo. Rompemos com uma situação de equilíbrio artificial, mas não atacamos as causas do déficit. Essas, só com as reformas. Só com responsabilidade fiscal por parte de governos federal, estaduais e municipais. Só com cortes de despesas permanentes e muito poucas concessões de caráter político.

Uma declaração como a do presidente aflige pela idéia que passa de acomodação a um novo cenário. Chegamos a achar que o Brasil era a Terra do Câmbio Fixo. Agora, não podemos imaginar que o Brasil tenha se tornado a Terra do Câmbio Livre ou a Terra do Pós-Crise. Até o presidente do Federal Reserve (o Banco Central americano), Alan Greenspan, veio a público mostrar-se preocupado com o Brasil. Temos sido, historicamente, mestres em deixar para amanhã o que podíamos ter feito ontem. O problema é que, num mundo globalizado, onde as decisões são tomadas instantaneamente, uma fagulha basta para desencadear um incêndio devastador. Tivemos um exemplo eloquente disso há quatro meses. Ou seja, não é correto minimizar uma crise como a de janeiro de fevereiro. Ainda que os sinais de recuperação sejam inequívocos, é fato que a crise cambial trouxe grandes prejuízos ao país e ao governo.

E se o mercado perceber que o Brasil vai repetir sua triste tradição cultural de postergar o que é mais urgente, como já aconteceu em

relação ao Pacote 51, teremos novamente instabilidade cambial e fuga de dólares. Isso é certo como dois e dois são quatro. Se o governo federal não for firme, estaremos em xeque mais uma vez. E, com um cenário de câmbio livre, mais uma vez o real será submetido a grandes oscilações.

A hora não é, portanto, de hesitações. O que todos esperam agora é a sinalização de que temos um governo 100% comprometido e até mesmo obcecado com o ajuste das contas públicas. Isso vale tanto para a percepção interna quanto para a externa. As CPIs têm a sua importância, mas são parte de um processo mais amplo de transformação ética e moral do país. Não acabam com déficit público, não mudam a previdência social nem o sistema tributário do país. Não trazem de volta postos de trabalho perdidos. Não reduzem os níveis de juros. Ou seja, as CPIs têm a sua importância, mas precisamos voltar a nos concentrar nas reformas, nos cortes orçamentários, na Lei da Responsabilidade Fiscal. Caso contrário, os ventos que hoje sopram favoravelmente poderão virar. E aí será difícil evitar mares ainda mais turbulentos que os de janeiro e fevereiro.

A bola está nas mãos do próprio governo federal – mais até do que nas mãos do Congresso. Sabemos que, quando o governo se mobiliza de verdade, o Parlamento o tem acompanhado. E ele não tem o direito de errar de novo, como errou ao insistir no câmbio fixo. Os custos foram muito altos, tanto no campo fiscal quanto no político. Os índices de popularidade do governo estão aí para lembrá-lo disso.

\*Presidente da Federação do Comércio do Estado do Rio de Janeiro